

Habermas e a reconstrução ética da economia



» GIOVANNI BEVILÁQUA
Doutor em economia pela
Universidade de Brasília (UnB)

A partida de Jürgen Habermas, em 14 de março de 2025, aos 96 anos, não representa apenas o fim da trajetória de um dos últimos gigantes da filosofia do século 20, mas marca o momento em que sua obra deixa de ser uma promessa teórica para se tornar uma necessidade prática urgente. Em um mundo fragmentado por crises de alteridade e pela tecnocracia asfixiante, Habermas nos legou a bússola da racionalidade comunicativa, uma ferramenta indispensável para quem busca repensar a economia a partir de sua base: os pequenos negócios e o desenvolvimento territorial.

O núcleo da provocação habermasiana reside na tensão dialética entre o “Sistema” e o “Mundo da Vida”. Para o pensador, o Sistema — composto pelo mercado e pelo Estado — opera sob uma lógica instrumental, centrada na eficácia, no lucro e no poder. Já o Mundo da vida é o espaço da cultura, da identidade e da solidariedade, onde a linguagem serve ao entendimento e não apenas ao resultado. O grande drama da modernidade, segundo ele, é a “colonização do mundo da vida”, um processo patológico onde a frieza dos números e a burocracia tentam silenciar as relações humanas espontâneas e os valores compartilhados. Quando transpomos essa lente para a realidade

brasileira, em especial para os pequenos negócios, a potência do pensamento de Habermas torna-se clara e profundamente transformadora. Sob essa perspectiva, os pequenos negócios não são meras unidades estatísticas ou engrenagens de baixa produtividade; eles são, em essência, os últimos redutos do Mundo da vida na economia. Enquanto as grandes corporações operam sob o domínio da racionalidade instrumental pura, o pequeno empreendedor sobrevive e prospera por meio do agir comunicativo. Nesses espaços, o valor não se reduz à transação financeira; ele se expande na construção de confiança, na formação de reputação e no reconhecimento mútuo. É uma economia enraizada nos territórios, onde o diálogo é o ativo mais valioso e a intersubjetividade é a base da sustentabilidade do negócio.

Essa perspectiva é revolucionária para a formulação de políticas públicas e para o desenvolvimento social. Habermas nos ensina, em sua obra monumental *Direito e democracia*, que a legitimidade de qualquer norma ou política depende da deliberação. No Brasil, contudo, ainda vivemos uma profunda exclusão comunicativa. A esfera pública econômica é frequentemente capturada por grandes interesses financeiros, enquanto os milhões de brasileiros que sustentam a economia real são tratados como meros destinatários de decisões tomadas em gabinetes distantes.

Uma sociedade verdadeiramente justa, inclusiva e próspera exige o que podemos chamar de justiça comunicativa. Isso significa reconhecer o pequeno empreendedor como um sujeito deliberativo legítimo. O desenvolvimento social não

pode ser um pacote pronto entregue pelo Estado; ele deve ser o resultado de um consenso ético construído de baixo para cima, respeitando o capital social e simbólico de cada território. Quando falamos em acesso ao crédito, por exemplo, não estamos tratando apenas de liquidez financeira; estamos falando de autonomia. O crédito, sob a ótica habermasiana, deve ser um instrumento que fortalece o Mundo da vida, permitindo que o sujeito exerça sua capacidade de agir e transformar sua realidade, e não um mecanismo de pressão que aprofunda a colonização sistêmica.

Habermas nos instiga a pensar que a prosperidade não é um acúmulo solitário de capital, mas uma construção coletiva de sentidos e bem-estar. Uma economia plural é aquela que valoriza as muitas vozes de seus agentes e entende que o dinamismo econômico é indissociável do amadurecimento democrático. A racionalidade comunicativa nos oferece o caminho para uma gestão mais humana, onde a escuta e o entendimento mútuo superam a mera busca por resultados imediatistas e despersonalizados.

Honrar o legado de Habermas é trabalhar para que o Brasil real tenha não apenas o direito de produzir, mas o direito de falar e de ser ouvido. É acreditar que a reconstrução ética da economia brasileira passa pela valorização dos pequenos negócios como agentes de cidadania e racionalidade pública. Como ele mesmo defendia, a razão não se realiza no isolamento, mas no ruído produtivo do encontro entre iguais que buscam, por meio do diálogo, construir o mundo em que desejam viver. Que a nossa economia aprenda, finalmente, a ouvir a base que a sustenta.

A comunicação pública em transição de modelo



» FREDERICO SOUZA
Presidente do CNSecom
(Secretaria de
Comunicação do Mato
Grosso do Sul)

Em um cenário de alucinantes mudanças tecnológicas e de hábitos de consumo de mídia, os governos, e falo de forma geral, Brasil e mundo, têm enfrentado grandes desafios para entregar uma comunicação pública capaz de responder aos seus deveres e preceitos constitucionais, e que se faça relevante e absorvível pela sociedade.

É fundamental que encontremos, na prática, um modelo de transição, uma vez que os números mostram o enorme desafio. Pesquisas de 2024 e 2025 indicaram que os brasileiros passam, em média, mais de nove horas por dia conectados, um dos maiores tempos de uso do mundo, com 183 milhões de pessoas conectadas. Só fica atrás da África do Sul, que lidera o ranking, mas à frente de países como Filipinas, Chile, Estados Unidos e Reino Unido. Os países com maior número de usuários são China (1,1 bilhão), Índia (806 milhões), Estados Unidos (322 milhões) e Indonésia (212 milhões). Somos o quinto.

Em janeiro de 2025, a penetração da internet no Brasil era de 86,2% da população, com a maioria acessando a rede por meio de dispositivos móveis. Dados do IBGE para 2024 indicam que 95,2% dos usuários de internet brasileiros a utilizam diariamente, com 98,8% por meio do celular. O país também tem uma alta taxa de uso de redes sociais, com 144 milhões de usuários em janeiro de 2025.

É justamente essa imensidão de usuários que precisamos contactar, comunicar e, por que não dizer, convencer. Se de um lado há perda substantiva de audiência da mídia tradicional off-line, de outro as gestões públicas ainda tateiam as bordas do mundo digital, procurando adaptar-se à interlocução um-a-um. Inclusive discutindo o regramento restritivo que hoje, por exemplo, diferencia o uso público do privado.

Fato é que, com as redes sociais, os processos de governança ficaram mais expostos e permeáveis à fiscalização dos cidadãos, um fato muito positivo. Hoje, basta um celular com rede 5G, ou wifi público, para mostrar a fila nos postos de saúde e nos hospitais; a escola mal cuidada, a depreciação da pavimentação das cidades e por aí vai...

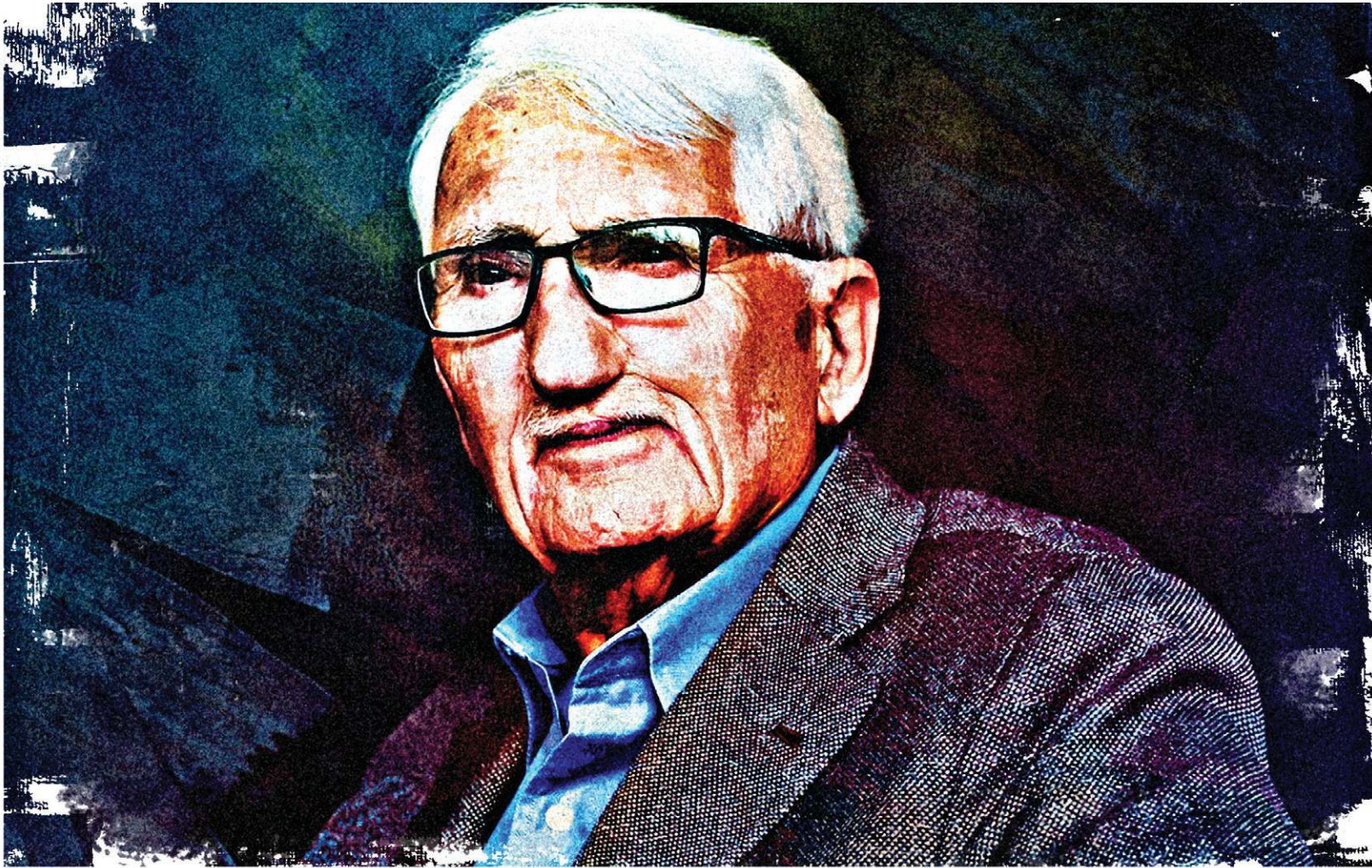
A questão é que, simultaneamente, também há espaços cada vez mais amplos e generosos para um ativismo que não se importa com a precisão dos dados, a necessidade de dar a informação correta, ou simplesmente não é permeável à prática do bom jornalismo, de ouvir os diferentes lados nas polêmicas e questionamentos. Porque uma coisa é a crítica, própria do regime democrático. Outra, é a manipulação, o achaque e o abismo entre isenção e fato.

Assim, e em especial nos anos de sucessão eleitoral, fica quase impossível responder e esclarecer tudo, a tantos e o tempo todo, cenário em que proliferam as usinas de fake news, sejam elas contratadas com propósito e interesses próprios inconfessáveis, sejam aquelas que alavancam conteúdo errado por mera incapacidade de diferenciar a realidade de mentiras orquestradas. Essas são o repositório preferencial dos que, anonimamente, jogam ao vento as mais diferentes irresponsabilidades, em busca de assassinar reputações, que acabam multiplicadas por parceiros de batalha, mas também pelos manobrados em sua boa fé.

Diante desse quadro geral, é cada vez mais necessário haver maciço investimento na modernização tecnológica para repressão de crimes cibernéticos. Como se sabe, os números do aumento de golpes virtuais, estelionatos digitais e ataques de sequestro de dados são acachapantes. As investidas são diversificadas, desde fraudes eletrônicas que simulam comunicações legítimas para roubo de informações, até programas maliciosos que invadem sistemas e o uso de vídeos e imagens manipulados por inteligência artificial para práticas como abuso infantil. O país tornou-se não apenas alvo, mas também, em alguns casos, ponto de origem de crimes digitais.

Não há como ignorar que esta realidade se adensará também no processo político-eleitoral, com riscos evidentes cada vez maiores de mau uso das ferramentas de inteligência artificial. A ideia de alguma regulamentação das redes precisa superar os limites do campo ideológico, para que seja possível um debate prático, equilibrado e responsável, que garanta a plena liberdade de expressão, mas também proteja os cidadãos e as instituições contra ataques e ofereça instrumentos mais acessíveis para a reposição da verdade e o ressarcimento de vítimas. Esse é um desafio de todos.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Jornada otimizada do Open Finance



» JULIANA PEREIRA
Advogada, presidente do Instituto de
Pesquisas e Estudos das Sociedade
e Consumo e ex-secretária Nacional
do Consumidor

» SÉRGIO ODILON ANJOS
Consultor e foi chefe do Departamento de Regulação
do Banco Central. Ambos são conselheiros da
Autorregulação Bancária da Febraban

Open Finance, um dos mais importantes avanços do sistema financeiro brasileiro, chegou para promover maior concorrência, ampliar opções e colocar o consumidor no centro do controle de seus dados e escolhas.

A iniciativa, liderada pelo Banco Central, simplifica e torna o ambiente financeiro mais competitivo, e atualmente se discute a criação de uma “Jornada Otimizada”, que permitirá ao consumidor autorizar simultaneamente um pagamento e o compartilhamento dos dados de sua conta. Pode trazer facilidade, conveniência e menos etapas no processo.

Há ganhos em eficiência, mas a Jornada Otimizada levanta outras questões importantes quanto à segurança e ao consentimento do consumidor. O modelo pode transformar uma autorização pontual em uma permissão ampla e de prazo indeterminado para que terceiros acessem dados

financeiros e pessoais. Isso amplia o risco de o consumidor não ter plena consciência do alcance dessa autorização e de quem está recebendo suas informações.

Mais da metade dos clientes que compartilham dados no Open Finance não sabe que está fazendo isso, e quase 80% sequer conhece a empresa que recebeu essas informações, apontam levantamentos da Febraban. Se já há pouca clareza hoje, a Jornada Otimizada pode agravar o problema, tornando o compartilhamento de dados quase imperceptível e comparável a práticas antigas de venda casada.

Sob a ótica legal, os desafios são ainda maiores. O Código de Defesa do Consumidor exige informação clara e ostensiva, enquanto a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) determina que o consentimento seja livre, informado, específico e inequívoco. Se o consumidor entende que está apenas pagando, mas também consente com o compartilhamento de dados sem saber, tal aceitação se torna vulnerável e pode ser considerado inválida. Isso expõe as instituições do Open Finance a riscos judiciais e a sanções regulatórias, especialmente se os dados forem usados de formas não previstas ou desconhecidas pelo titular.

O Sistema Financeiro Nacional passa por importantes ajustes na regulamentação contra fraudes, lavagem de dinheiro e novas regras e limites operacionais para as Fintechs, bem como as respectivas ações de supervisão. É mesmo oportuno adotar a medida da forma e na data sugerida pelo Regulador?

Isso pode trazer riscos para o sistema, já que

o porte e capacidade das instituições são reconhecidamente diversos. Um evento malsucedido por levar a desgaste de imagem de todo o sistema financeiro.

Reforçamos que o Open Finance pressupõe a realização de parcerias com entidades que não são necessariamente integrantes do SFN, que estão sujeitas a ações fraudulentas da mesma forma ou até mais. Há casos de iniciadores de pagamento que, com baixo volume de transações realizadas, acumulam enorme quantidade de consentimentos de dados, sinalizando riscos.

A confiança é a base do sucesso do Open Finance. Para que o sistema alcance seu potencial de ampliar a concorrência e o poder de escolha do consumidor, é imprescindível garantir a transparência e a proteção aos dados pessoais. A Jornada Otimizada, da forma como está, pode ameaçar essa transparência e enfraquecer a proteção dos direitos do consumidor.

Não podemos ser açodados. É fundamental aprofundar o debate, com participação ativa dos órgãos de defesa do consumidor, para que se possa aprimorar a proposta sem abrir mão da liberdade de escolha e da segurança dos dados pessoais. A busca por eficiência e simplificação deve ser equilibrada com a necessidade de informar e proteger o consumidor. A conveniência não pode se transformar em riscos desnecessários.

O Open Finance é peça-chave para consolidar o projeto regulatório do Banco Central, focado em maior transparência, competição e empoderamento do cliente, além da redução do spread bancário. Mas a implantação de mudanças como a Jornada Otimizada exige cautela.